

A crise da Covid-19 e o setor de energia no Brasil

ALMEIDA, Edmar. "A crise da Covid-19 e o setor de energia no Brasil". Agência Brasil Energia. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2020.

Como todo o restante da economia, o setor energético nacional foi atropelado pela crise sanitária da Covid-19. Enquanto não houver uma solução definitiva para o problema sanitário (vacina), teremos que conviver com restrições para atividades econômicas que possam aumentar o risco de novos surtos do novo coronavírus.

O impacto potencial no setor energético merece um cuidado especial. Em primeiro lugar, é fundamental impedir que a crise sanitária se transforme também em uma crise energética, com problemas na segurança do abastecimento de combustíveis e energia elétrica. Em segundo lugar, é necessário impedir que as consequências da crise ameacem a sustentabilidade da indústria, os interesses nacionais e a política energética nacional.

A emergência sanitária representa um grande desafio para produção de petróleo, em particular no segmento offshore. Essa indústria depende de uma cadeia logística muito complexa, internacionalizada e que opera em fluxo contínuo. Dada a relevância que o setor de E&P tem na economia nacional, torna-se estratégico para o país monitorar e garantir o funcionamento de sua cadeia logística.

Além das restrições sanitárias, a queda repentina da demanda de energia representa outro grande desafio do momento. O setor de combustíveis enfrenta um grande desafio para manter funcionando uma logística de abastecimento dos 40 mil postos de combustíveis, com uma demanda que caiu para menos da metade. No caso do gás natural, a queda da demanda preocupa porque a produção doméstica é majoritariamente de gás associado. Se não houver demanda para o gás o gás associado, a própria produção de petróleo será afetada.

No setor de etanol, que têm uma safra (de cana-de-açúcar) para colher a partir de maio no Centro-Sul, a perspectiva de excesso de oferta e de preços deprimidos ameaça a sustentabilidade de empresas do setor.

No setor elétrico, a queda da demanda de energia coloca enorme pressão financeira nas distribuidoras e nos agentes do mercado livre. As distribuidoras e grandes consumidores com contrato de longo prazo terão dificuldade para arcar com prejuízos financeiros associados à queda da demanda. Muitas empresas acionarão as cláusulas de força maior para evitar arcar com prejuízos financeiros, o que tende a levar a inadimplência cruzada e a um processo de judicialização crescente.

Ainda não é possível visualizar o tamanho do nó econômico do setor energético. Este vai depender da duração da emergência sanitária e de como sairemos dela.

Entretanto, já é possível vislumbrar quais ameaças pairam sobre o setor e quais deveriam ser as prioridades de uma ação de resposta do governo.

Antes de tudo, é necessário que haja, no governo, um olhar específico para o setor energético. No curto prazo, deve-se monitorar a garantia do abastecimento de todos os combustíveis e energia elétrica. Para isso, é preciso criar as condições para que toda a cadeia logística do setor energético possa funcionar durante a emergência sanitária.

Ao mesmo tempo, é essencial monitorar e mitigar as ameaças à viabilidade econômica das empresas em médio prazo. O caso da safra de etanol é exemplar. A falta de demanda de etanol pode levar a um contexto de preços muito deprimidos e inviabilizar a própria produção. O financiamento da estocagem, por exemplo, pode ser um caminho emergencial para evitar que empresas quebrem e que a própria colheita se inviabilize. No setor elétrico, é preciso agir rápido para evitar que a inadimplência cruzada leve à insolvência de empresas importantes no setor, com o comprometimento da segurança do abastecimento em curto e médio prazo.

Esses são apenas alguns exemplos de ameaças que o setor de energia enfrentará no futuro próximo. Para o governo, fica o desafio de atuar de forma rápida e equilibrada para preservar a solidez do setor energético doméstico e os princípios da política energética nacional.

Edmar de Almeida é professor (licenciado) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do IEPUC. É economista, mestre em Economia Industrial e doutor em Economia Aplicada pelo Instituto de Política Energética e Economia da Universidade de Grenoble, França.